

Escolha racional *e racionalidade ética*

CARLOS PIMENTA

PROFESSOR NA FACULDADE DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE DO PORTO
SÓCIO FUNDADOR DO OBSERVATÓRIO DE ECONOMIA E GESTÃO DE FRAUDE

UM No ano transacto, nesta mesma publicação, defendemos que a economia é atravessada por paradigmas, em que a sua relevância institucional é determinada pela cientificidade e pela correlação de forças político-sociais. Defendemos que o actual paradigma dominante – gestão óptima dos recursos escassos – fortemente impregnado de normatividade, individualismo e racionalidade instrumental facilitava o cometimento de fraude pelos economistas, frequentemente desconhecedores de paradigmas alternativos, sem uma preparação sobre os comportamentos desviantes e profissionalmente integrados numa cultura diferencial que facilitaria a aprendizagem de uma certa moral (ou falta dela) e a prossecução da fraude como comportamento normal.

Em síntese, referimos que a institucionalização monoparadigmática da escolha racional aumentou a probabilidade do cometimento de fraudes económico-financeiras.

Nestas breves notas pretendemos demonstrar que tal não é um fatalismo e que mesmo os economistas defensores desse paradigma podem (devem) ter comportamentos éticos.

DA PLURIDIMENSIONALIDADE DO ECONOMISTA

DOIS Hirschman⁽¹⁾ tem uma história de vida que lhe dá particular competência para as questões morais e políticas. Simultaneamente é um importante economista do desenvolvimento e sua aplicação na América Latina. Em determinada passagem da sua obra recorda que “no economista podemos considerar três camadas de ética. Enquanto pessoa tem uma ética, que depende do seu enquadramento social e da sua história de vida; enquanto economista no exercício da sua profissão tem, explícita ou implicitamente,

um código deontológico; enquanto formado em Economia que lhe transmitiu uma certa lógica para equacionar os problemas. É da articulação destas três camadas que resultam os comportamentos mais diversos⁽²⁾, afirmando conseqüentemente que “bom número de nós é moralista sem saber⁽³⁾”.

Muito haveria a dizer sobre a primeira camada, mas não seria aqui o espaço adequado. Quanto à segunda, limitamo-nos a constatar a ausência de disciplinas de deontologia profissional, as quais se deveriam preocupar essencialmente em debater dilemas morais⁽⁴⁾ como forma de aprendizagem ética. Também sobre as relações entre elas haveria muito a dizer. Contudo, centrar-nos-emos exclusivamente na terceira camada, admitindo que a lógica para equacionar os problemas corresponde ao paradigma da escolha racional.

À DIMENSIONALIDADE PARADIGMÁTICA

TRÊS

Antes de mais constatem algumas das suas heranças.

Uma delas é a do utilitarismo, e o autor mais citado para justificar a sua validade e operacionalidade é Jeremy Bentham⁽⁵⁾. Contudo constatamos na sua obra que (1) a importância da simpatia e antipatia – aprovando ou desaprovando certas acções, não tomando só como referência a felicidade individual mas também a moral vigente – é importante; (2) a sanção moral está presente na punição; (3) no detalhe que apresenta os prazeres considera o “da amizade”, “da piedade”, “da benevolência” ou “da sociabilidade”; (4) a predisposição moral para esta ou aquela acção influencia a sensibilidade ao prazer.

Enfim, o utilitarismo é susceptível de englobar a racionalidade axiológica⁽⁶⁾. Aliás, tal é inevitável em sociedade, como o salienta Furrow: “como poderia alguém consistentemente advogar o egoísmo ético?

Fazer isto seria advogar que os outros também ajam de acordo com os seus próprios interesses, que frequentemente conflituam com os seus. Conseqüentemente, se eles levarem o seu conselho a sério, você estaria advogando contra seus interesses, o que violaria o princípio básico do egoísmo.”⁽⁷⁾

A outra é Adam Smith, um dos fundadores da Ciência Económica, de que todos pretendem ser herdeiros, mas que para além do *Inquérito sobre a Natureza e as causas da Riqueza das Nações* escreveu a *Teoria dos Sentimentos Morais* e trabalhou sobre Astronomia, Física, História da Lógica e da Metafísica e Arte. Um autor que visou uma “ciência total do homem” e que reconheceu nos seus últimos tempos de vida não o ter conseguido⁽⁸⁾. Duas coisas são certas para ele. Primeiro, que há uma divisão social do trabalho que associa objectivamente a independência de cada interveniente na actividade económica (para decidir, com as suas idiosincrasias) com a dependência (para realizar a produção e a troca, para viver). Esta duplicidade exige a presença de sentimentos de relação entre os homens, nomeadamente a simpatia. Segundo, na sua vida revelou grande sensibilidade às desigualdades e às injustiças⁽⁹⁾ e foi um activista da luta contra a escravatura.

Por outras palavras, a moral entre os homens deve estar presente num paradigma da Economia que se reivindica do utilitarismo e continuadora dos seus fundadores, ao analisar o que deveria existir.



Contudo a normatividade exige a prévia opção sobre o que deveria ser (a construção de uma Teoria da Justiça) e uma capacidade para cada um impor essa justiça como altruísmo⁽¹⁰⁾. Exige igualmente uma desmontagem interna de conceitos, modelos e teorias correntemente aceites.

QUATRO Não é tarefa fácil o *mainstream* conseguir englobar a ética na sua normatividade, apesar da lucidez e a insistência com que Amartya Sen⁽¹¹⁾ tem demonstrado que a economia tem a ganhar em clarividência com a inclusão da ética e que esta aumenta a sua operacionalidade ao aprender com a economia.

Provavelmente a maior importância de Sen tem sido demonstrar que o paradigma da gestão óptima dos recursos escassos é capaz de comportar a ética, chamando a atenção para os seguintes aspectos⁽¹²⁾:

1. Não interessa apenas o que se tenta alcançar mas também como se tenta alcançar: “a escolha racional tem de exigir pelo menos alguma coisa sobre a correspondência entre aquilo que se tenta alcançar e como se tenta alcançá-lo” (**30/1).

2. A procura do interesse próprio não significa obrigatoriamente que se procure unicamente o próprio interesse. “O egoísmo universal pode ser efectivamente falso, mas o egoísmo universal como requisito da racionalidade é claramente absurdo” (**33).

3. Logo “negar que as pessoas se comportam sempre de uma forma interessada não é o mesmo que dizer que agem sempre de forma egoísta (...) [há] uma pluralidade de motivações que move os seres humanos” (**36).

4. As pessoas vivem em sociedade, e a confiança é um dos elos da consistência dos grupos a que cada um pertence: “a mistura de comportamento egoísta e altruísta é uma das características mais importantes da lealdade de grupo” (**37).

5. O indivíduo pode “perseguir outros objectivos que não o bem-estar pessoal” (**68) e manifestar respeito pelos outros.

6. “O estado social é [frequentemente] descrito como óptimo de Pareto se e só se a utilidade de uma pessoa não puder ser aumentada sem se reduzir a utilidade de outra pessoa” (**47), mas tal é uma “caixa arbitrariamente estreita” (**45).

7. Atribuindo a «bens» um significado amplo, incluindo «direitos», «liberdades» e «oportunidades» (*107), é inadequada a abordagem exclusivamente utilitarista, onde “todos os bens diversos são reduzidos numa magnitude descritiva homogénea (como deve ser a utilidade)” (**76).

8. Da impossibilidade de reduzir a avaliação de todas as situações à escala homogénea da utilidade, deduz-se a possibilidade de assunção de opções incompletamente fundamentadas: “face a um conflito irredutível de princípios convincentes, pode admitir a superioridade de uma alternativa sobre outra e o contrário” (**80).

9. Finalmente é preciso ter em conta que a valoração da acção pode ser diferente da valoração dos resultados da acção (**89).

QUESTÃO

CINCO Enfim, o que fica em aberto é saber se o poder da racionalidade é superior à racionalidade do poder. ><

NOTAS

- (1) Nestes apontamentos utilizámos fundamentalmente Hirschman, A. O. (1986). *A Economia como Ciência Moral e Política*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- (2) Pimenta, C. (2017). *Racionalidade, Ética e Economia*. Coimbra: Almedina. Pág. 366.
- (3) Hirschman, *ob. cit.*, pág. 131.
- (4) Podemos designar por dilemas morais “situações em que existem algumas escolhas disponíveis mas nenhuma dela[s] parece satisfatória, sendo uma exigência escolher a menor de todas” atribuída a Alfaro-Lefevre, em <http://rotasfilosoficas.blogs.sapo.pt/37320.html> (consultado a 22/07/2017).
- (5) Utilizámos a edição francesa: Bentham, J. (2011). *Introduction aux principes de morale et de législation*. Paris: Vrin. A primeira edição data de 1823.
- (6) A racionalidade axiológica, na terminologia de Boudon (1998). “La Rationalité Axiologique.” in *La rationalité des Valeurs*, editado por Sylvie Mesure, 13/57. Paris: Presse Universitaire de France) designa a aplicação ao prescritivo, ao avaliativo. Tem em conta os valores, incluindo os éticos. Se esta racionalidade existe, completa e modifica a racionalidade instrumental (eficácia dos meios para atingir os fins), quase exclusivamente considerada pelos economistas.
- (7) Furrow, Dwight. 2007. *Ética: conceitos-chave em filosofia*. Porto Alegre: Artmed. Pág. 23.
- (8) A este propósito consultar (1) Ross, Ian Simpson. 1999. *Adam Smith. Uma Biografia*. Rio de Janeiro: Editora Record e (2) Sicard, Jean François. 2006. “Economie et philosophie chez Adam Smith.” *Sens public* (Revue web) (2006/12):79.
- (9) Recorde-se a seguinte posição de A. Smith: “aquelas leis de justiça, que mantêm a presente desigualdade entre a humanidade são originalmente invenções dos astutos e dos poderosos para manter ou adquirir uma superioridade artificial e injusta sobre o resto de seus semelhantes” (in Ross 1999, 237/8). Esta afirmação é suficientemente concludente para se ler com muito cuidado a transposição de “vícios privados” em “virtudes públicas”.
- (10) O altruísmo é um conceito chave na “escolha racional” porque significa que as decisões individuais são assumidas tendo em conta a utilidade de um conjunto de indivíduos, não exclusivamente do próprio. Contudo não sejamos enganados pelo sentido corrente do termo: “amor ao próximo, sentimento oposto ao egoísmo; abnegação, filantropia”, como se expressa no *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, coordenado por José Pedro Machado. De facto, frequentemente ele é apresentado na Economia como “um comportamento egoísta”, embora tendo em conta o agregado familiar. Contudo é a única porta para eventualmente entrar a racionalidade axiológica.
- (11) Da vasta obra deste autor utilizamos sobretudo os seus dois livros editados pela Almedina: *A ideia de Justiça* em 2010 e *Sobre Ética e Política* em 2012.
- (12) Os nove pontos são retirados de Pimenta, 2017, *ob.cit.* Os números entre parêntesis referem-se às páginas das obras de Sen anteriormente referidas: (*nnn) refere-se à obra editada em 2010 e (*nnn) à de 2012.